Moção aprovada no “Magusto de Protesto”

12 Novembro, 2026



Moção aprovada e entregue no Ministério da Saúde pelos enfermeiros em protesto.

Moção

Pela valorização dos enfermeiros

O papel e as funções dos enfermeiros são imprescindíveis e essenciais na resposta às pessoas em termos de cuidados de saúde. Os enfermeiros desempenham, também, um papel central na organização, funcionamento, direção e gestão das instituições, incluindo em momentos de crise como foram as recentes tempestades.

É inadmissível que o Ministério da Saúde e Governo não sejam consequentes ao reconhecimento político desta essencialidade dos enfermeiros, desde logo, valorizando-os. E a exigida valorização passa pela resolução dos problemas e inúmera injustiças que o atual e anteriores governos foram criando e não resolvendo.

Sendo intolerável a manutenção desses problemas, os enfermeiros exigem e lutam por justas soluções, designadamente:

1 – Pela contabilização de pontos relativos a determinadas circunstâncias do percurso profissional dos enfermeiros, nomeadamente:

i) Início de funções no 2º semestre do ano civil, entre 1 de janeiro de 2004 e 31 de dezembro de 2014;

ii) Progressão no 2º semestre do ano civil, ao escalão seguinte da categoria detida, entre 1 de janeiro de 2004 e 30 de agosto de 2005;

iii) Progressão do escalão 1 ao escalão 2 da categoria de enfermeiro graduado, após 1 de janeiro de 2004;

iv) Início de funções com "vínculo precário" após 1 de janeiro de 2004 (prosseguindo funções próprias dos serviços de natureza permanente, com horário completo e subordinação hierárquica), seguido de exercício de funções (com as mesmas características) em "vínculo precário" na mesma ou noutras instituições, incluindo na atual instituição.

v) Enfermeiros que exercem ou exerceram funções em instituições geridas em regime de Parceria Público Privada (PPP Vila Franca de Xira).

vi) Não eliminação dos designados "pontos sobrantes" entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2023;

2 – Pelo pagamento de retroativos a enfermeiros com Contrato de Trabalho em Funções Públicas e com Contrato Individual de Trabalho a partir **de 1 de janeiro de 2018 e até 31 de dezembro de 2021.**

3 – Pela contagem de todo o tempo de serviço, para todos os efeitos legais, em que os enfermeiros, prosseguindo funções próprias dos serviços de natureza permanente, com horário completo e subordinação hierárquica, **detiveram um ""vínculo precário" com instituições do SNS.**

4 – Pelo pagamento dos devidos retroativos desde junho de 2019 decorrentes da aplicabilidade da Lei n.º 51/"2025 **(eliminação das "Posições Intermédias")**.

5 – Pela admissão urgente de mais enfermeiros com "Contrato definitivo" e regularização da situação dos que se encontram em "vínculo precário".

6 – Pela abertura de Concursos para as categorias de **Enfermeiro Especialista e Enfermeiro Gestor e para o exercício de Funções de Direção.**

7 – Pela transição para a categoria de Enfermeiro Especialista dos enfermeiros que, a 1 de junho de 2019 eram detentores do título de Enfermeiro Especialista e que, não tendo transitado aquela data para a categoria, permanecem atualmente na categoria de Enfermeiro.

8 – Pela correção de injustiças de reposicionamento remuneratório na categoria de Enfermeiro Especialista dos enfermeiros providos nesta categoria até 1 de novembro de 2024, mediante concurso prévio aberto após 1 de junho de 2019 (DL n.º 71/2019).

9 – Pela harmonização dos dias de férias dos enfermeiros com Contrato Individual de Trabalho (CIT) com os que detêm um Contrato de Trabalho em Funções Públicas nas 19 Instituições EPE que continuam a discriminar estes colegas com CIT;

10 – Pela compensação do risco e penosidade inerente à profissão, designadamente através da "aposentação mais cedo".

11 – Pela eliminação de todos os aspetos gravosos constantes da proposta de Acordo Coletivo de Trabalho do Ministério da Saúde, designadamente de "Banco de Horas", "Adaptabilidades", "Horário Rígido" e de outros aspetos negativos, incluindo perspetivas de aumento do horário de trabalho.

SINDICATO DOS ENFERMEIROS PORTUGUESES

12 – Pelo investimento e reforço do Serviço Nacional de Saúde e contra o encerramento de serviços de proximidade.

Caso o Ministério da Saúde não apresente propostas de solução para estas problemáticas, a luta dos enfermeiros vai continuar e intensificar-se: Pela dignidade da profissão, pela melhoria das condições de trabalho e pela defesa de um SNS forte e valorizado.

Lisboa, 12 de Novembro de 2026